

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – MDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PRB
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – PROPOSIÇÕES DE LEI**
- 2 – ATAS**
 - 2.1 – Comissões
- 3 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 4 – ERRATA**



PROPOSIÇÕES DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.036

Declara de utilidade pública o Grupo Escoteiro Cidade dos Profetas, com sede no Município de Congonhas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Grupo Escoteiro Cidade dos Profetas, com sede no Município de Congonhas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 16 de agosto de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.037

Dá denominação a escola estadual de ensino fundamental – anos finais – e médio localizada no Município de Uberlândia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominada Escola Estadual Dona Fiiinha do Patrimônio a escola estadual de ensino fundamental – anos finais – e médio localizada na Rua Jerônima Reis da Silva, s/nº, Bairro Patrimônio, no Município de Uberlândia.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 16 de agosto de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.038

Dá denominação a escola estadual de ensino médio localizada no Município de Brumadinho.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominada Escola Estadual Abelardo Duarte Passos a escola estadual de ensino médio localizada na Rua Azurita, nº 85, Povoado de Melo Franco, no Município de Brumadinho.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 16 de agosto de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.039

Dá denominação a escola estadual de ensino fundamental e médio, na modalidade de educação de jovens e adultos – EJA –, localizada no Município de Montes Claros.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominada Escola Estadual Padre Henrique Munáiz Puig a escola estadual de ensino fundamental e médio, na modalidade de educação de jovens e adultos – EJA –, situada no Presídio de Montes Claros, no Município de Montes Claros.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 16 de agosto de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**ATAS****ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/7/2018**

Às 9h57min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados João Leite, Roberto Andrade, Celinho do Sinttrocel e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.553/2018, da deputada Marília Campos e dos deputados João Leite, Glaycon Franco, Celinho do Sinttrocel e Roberto Andrade, em que requerem seja realizada visita aos trechos ferroviários, oficinas e equipamentos localizados nos Bairros Horto e Belvedere, no Município de Belo Horizonte;

nº 12.554/2018, da deputada Marília Campos e dos deputados João Leite, Glaycon Franco, Celinho do Sinttrocel e Roberto Andrade, em que requerem seja realizada visita aos trechos ferroviários, oficinas e equipamentos localizados no Município de Brumadinho;

nº 12.555/2018, da deputada Marília Campos e dos deputados João Leite, Glaycon Franco, Celinho do Sinttrocel e Roberto Andrade, em que requerem seja realizada visita aos trechos ferroviários, oficinas e equipamentos localizados no Município de Sete Lagoas;

nº 12.556/2018, da deputada Marília Campos e dos deputados João Leite, Glaycon Franco, Celinho do Sinttrocel e Roberto Andrade, em que requerem seja realizada visita aos trechos ferroviários, oficinas e equipamentos localizados no Município de Conselheiro Lafaiete;

nº 12.557/2018, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada visita aos trechos ferroviários, oficinas e equipamentos localizados no Município de Contagem, incluindo-se a infraestrutura da Estação Bernardo Monteiro e do seu entorno;

nº 12.559/2018, da deputada Marília Campos e dos deputados João Leite, Glaycon Franco, Celinho do Sinttrocel e Roberto Andrade, em que requerem seja realizada audiência pública com os deputados federais e senadores do Congresso Nacional para debater as negociações federais sobre a renovação de concessões de ferrovias e a retomada do transporte ferroviário de passageiros no Estado.

Em seguida, são aprovados, cada um por sua vez, relatórios de visitas à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT –, realizada em 3/7/2018 às 11 horas; à Câmara dos Deputados, realizada em 3/7/2018 às 15 horas; ao Município de Lavras, realizada em 7/7/2018; e ao Ministério Público Estadual, realizada em 9/7/2018, que seguem publicados após as assinaturas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de agosto de 2018.

João Leite, presidente – Sargento Rodrigues – Duarte Bechir.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Minas

Local visitado: Agência Nacional de Transportes Terrestres– Brasília – DF

Apresentação

Atendendo ao Requerimento nº 12.261/2018, de autoria do deputado Celinho do Sinttrocel e da deputada Marília Campos, a Comissão Extraordinária Pró- -Ferrovias Minas visitou, no dia 3/7/2018, às 11 horas, a sede da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT –, em Brasília. A finalidade foi verificar a possibilidade de realização de audiências públicas daquele órgão em Minas Gerais, visando garantir recursos e novos investimentos no Estado, tendo em vista o processo de renovação antecipada das concessões ferroviárias, que está em curso.

Participaram da visita o presidente da comissão, deputado João Leite, a vice-presidente, deputada Marília Campos, e o deputado Celinho do Sinttrocel.

Os deputados mineiros foram acompanhados pelo deputado federal Domingos Sávio e recebidos pelo diretor-geral da ANTT, Mário Rodrigues Junior, pelo diretor da agência, Sérgio de Assis Lobo, e pelo Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas, Alexandre Porto de Souza.

Relato

Os parlamentares esclareceram que a visita tinha o intuito de solicitar a realização de audiências públicas, pela ANTT, em diversos municípios mineiros afetados diretamente pela renovação antecipada das concessões ferroviárias em curso.

Primeiramente, os deputados foram informados que estava em adiantado processo de negociação uma renovação antecipada da concessão federal de importantes ferrovias que atravessam o Estado e que são administradas pelas concessionárias MRS Logística S.A., Estrada de Ferro Vitória-Minas e Ferrovia Centro-Atlântica S.A., entre as quais as duas últimas são controladas pela Mineradora Vale.

Os parlamentares questionaram a notícia de que compensações previstas pela renovação das concessões dessas linhas que atravessam Minas Gerais seriam investidas em dois projetos em outros estados da Federação, a Ferrovia de Integração Centro-Oeste, de 383 quilômetros, entre Água Boa, no Mato Grosso, e o entroncamento com a Ferrovia Norte-Sul, em Campinorte, em Goiás, e o Ferroanel de São Paulo, de 53 quilômetros.

Além de questionarem o que chamaram de “investimento cruzado”, os deputados reivindicaram a realização de audiências públicas em Belo Horizonte e, pelo menos, três outros municípios para tratar da renovação das concessões: Ipatinga, Divinópolis e Juiz de Fora. O diretor-geral da ANTT se comprometeu a realizar duas audiências públicas nas duas regiões metropolitanas de Minas Gerais – Belo Horizonte e Vale do Aço – e a estudar a realização de outras audiências em diferentes regiões.

Por fim, os presentes ponderaram a necessidade de realização de investimentos, não só no transporte de cargas, mas também no transporte de passageiros, principalmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Conclusão

Ao final da visita, os deputados se mostraram preocupados com a possibilidade de investimentos em outros estados em troca da renovação da concessão de trechos ferroviários que cortam Minas Gerais. Porém, saíram satisfeitos com o compromisso firmado pela ANTT de realização de audiências públicas em outros municípios do Estado, além de Belo Horizonte.

Sala das Comissões, 18 de julho de 2018.

Celinho do Sinttrocel, relator.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras

Local visitado: Anexo II da Câmara dos Deputados – Brasília-DF

Apresentação

Atendendo ao Requerimento nº 12.327/2018, de autoria dos deputados João Leite e Glaycon Franco e da deputada Marília Campos, a Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras visitou, no dia 3/7/2018, às 15 horas, a Câmara dos Deputados, em Brasília, com a finalidade de participar da audiência pública da Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados realizada com a finalidade de debater o transporte ferroviário de cargas e passageiros.

Participaram da visita o presidente da comissão, deputado João Leite, a vice-presidente, deputada Marília Campos, e o deputado Celinho do Sinttrocel.

Relato

A audiência pública da Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados contou com a presença do deputado Leônidas Cristino, presidente da Frente Parlamentar da Engenharia, Infraestrutura e Desenvolvimento Nacional; do diretor da Seinfraportoferrovia, representando o Tribunal de Contas da União – TCU –, Jairo Misson Cordeiro; do diretor da Agência Nacional

de Transportes Terrestres, representando a ANTT e o ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Sérgio Lobo; do diretor de Operações e Participações da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., Marcus Expedito Felipe de Almeida; e do gerente técnico da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários – ANTF –, Ticiano Bragatto.

Inicialmente, o deputado Leônidas Cristino apresentou um panorama crítico e completo sobre a situação da malha ferroviária no País. Sua fala foi corroborada por deputados e todos os especialistas presentes, que listaram algumas vantagens das ferrovias sobre as rodovias, principalmente no transporte de cargas, como baixo número de acidentes, capacidade de transportar maior volume e menor emissão de poluentes.

Ticiano Bragatto, da ANTF, justificou os pedidos de várias concessionárias de ferrovias para que a renovação dos contratos, prevista para daqui a 10 anos, seja feita agora. Ele disse que a antecipação poderia resultar na melhoria tanto dos contratos como das leis regulatórias. Esses pedidos de antecipação estão sendo examinados pelo TCU, para que se encontrem elementos concretos que justifiquem a prorrogação dos contratos e não a realização de novas licitações, levando-se em conta o interesse público.

O representante da Valec apresentou a situação das principais obras a cargo empresa que estão em andamento.

Já o representante da ANTT e do Ministério dos Transportes, Sérgio Lobo, confirmou a realização das audiências públicas para tratar da antecipação da renovação das concessões em Minas Gerais, que deverão ocorrer em agosto deste ano.

Os deputados estaduais e a deputada estadual presentes corroboraram, em suas falas, as apresentações dos expositores, mas também expressaram a insatisfação com o abandono de trechos da malha mineira pelas empresas que operam as ferrovias. Também ressaltaram a necessidade de novos investimentos, não só no transporte de cargas, mas também no transporte de passageiros, principalmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte, que já possui ligação por trilhos em 22 de seus municípios. Além disso, mostraram-se indignados com a possibilidade de investimento cruzado em outras unidades da federação, como contrapartida da renovação de trechos de ferrovias que cortam o Estado. Ainda assim, se mostraram satisfeitos com a confirmação, pelo representante da ANTT presente, da realização das audiências públicas em, pelo menos, quatro municípios do interior do Estado, além de Belo Horizonte.

Conclusão

Ao final da audiência pública da Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, os participantes se mostraram otimistas pelo momento oportuno em que se discute a renovação das concessões ferroviárias, já que é clara a necessidade de novos investimentos no modal ferroviário para o transporte de cargas e de passageiros. Entretanto, os deputados e a deputada estadual não deixaram de manifestar a insatisfação com a possibilidade de investimento em outros estados como contrapartida à renovação de concessões de trechos que cruzam Minas Gerais.

Sala das Comissões, 18 de julho de 2018.

Marília Campos, relatora.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras

Local visitado: Lavras, Ribeirão Vermelho e Bom Sucesso

Apresentação

Atendendo ao Requerimento nº 12.322/2018, de autoria dos deputados João Leite, Sargento Rodrigues e Marília Campos, a Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras visitou estruturas ferroviárias em Lavras, Ribeirão Vermelho e Bom Sucesso, no dia 7/7/2018, com a finalidade de verificar as condições de transporte de cargas e de passageiros nas oficinas ferroviárias locais.

Participou da visita o presidente da comissão, deputado João Leite, acompanhado dos Srs. André Tenuta, diretor da ONG Trem, Antônio Pastori, coordenador do Grupo Fluminense de Preservação Ferroviária, e Renan Ramos, secretário municipal de Cultura de Ribeirão Vermelho.

Relato

A Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras visitou os Municípios de Lavras, Bom Sucesso e Ribeirão Vermelho, para conhecer o trabalho de recuperação dos galpões da antiga Rede Ferroviária Federal – RFFSA –, no Sul de Minas, desenvolvido pela ONG Circuito Ferroviário Vale Verde, e verificar as condições do patrimônio ferroviário existente na região.

Tal patrimônio é composto por estações, prédios, oficinas, linhas, locomotivas e vagões da RFFSA que foram devolvidos pela concessionária Ferrovia Centro Atlântica para o governo federal. O presidente do Circuito Ferroviário Vale Verde, Sr. César Mori Júnior, explicou que a associação mantém um acordo com a concessionária Ferrovia Centro Atlântica há mais de cinco anos e já obteve a anuência para operar um trem turístico entre Lavras e Varginha. Segundo ele, o projeto está na Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT –, já possui locomotiva em funcionamento e aguarda recursos para os carros de passageiros e para a reforma da linha. O presidente do circuito disse também que está em andamento a criação da Escola Ferroviária Professor Víctor José Ferreira, para a formação de profissionais para trabalhar no sistema ferroviário.

César Mori Júnior destacou que o patrimônio citado fazia parte das concessões operadas pela Ferrovia Centro Atlântica. Entretanto, a empresa deixou de utilizá-lo, em especial os pontos que passavam dentro dos municípios, operando apenas a rota de escoamento do minério.

Com o passar do tempo, as máquinas e oficinas viraram locais de depredação e furtos. Após conseguir a cessão do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit –, o Circuito Ferroviário Vale Verde passou a buscar recursos e doações para a recuperação das máquinas, da linha e das oficinas abandonadas.

Durante a visita, a comissão esteve em um pátio no Município de Bom Sucesso que conta com cerca de 100 locomotivas e vagões abandonados. Também foram visitadas a sede do Circuito Ferroviário Vale Verde, em Lavras, que já possui três locomotivas recuperadas, e a imponente rotunda (oficina redonda) em Ribeirão Vermelho. Construída em 1888, com estrutura em bronze e utilizando materiais importados da Europa, ela é a maior rotunda da América Latina e possui inestimável valor histórico.

Conclusão

Ao final da visita, o deputado João Leite lamentou a situação de abandono das locomotivas e dos prédios históricos, bem como a sua depredação, com o furto de componentes, e disse que as imagens da visita seriam debatidas na Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, para que providências sejam tomadas.

Sala das Comissões, 18 de julho de 2018.

João Leite, relator.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras

Local visitado: Ministério Público Estadual

Apresentação

Atendendo ao Requerimento nº 12.328/2018, de autoria dos deputados João Leite, Marília Campos e Glaycon Franco, a Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras visitou, no dia 9/7/2018, o Ministério Público, com a finalidade de avaliarem juntos

o cenário dos contratos de concessões ferroviárias no Estado e a situação das empresas responsáveis pelo cumprimento das condições contratuais estabelecidas.

Participaram da visita o deputado João Leite, presidente da comissão, e a deputada Marília Campos, vice-presidenta.

Os deputados foram recebidos pelo procurador-geral de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais, Antônio Sérgio Tonet, e pela coordenadora da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico, Giselle Ribeiro de Oliveira.

Relato

Recebidos no gabinete do procurador-geral de Justiça, os parlamentares esclareceram que a visita tinha o intuito de avaliar medidas que podem ser adotadas pelo Ministério Público na perspectiva da defesa e preservação do patrimônio e da malha ferroviária de Minas Gerais. O presidente da comissão, deputado João Leite, explicou os objetivos da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras da ALMG e fez um relato de três eventos recentes realizados pela comissão, que denotaram urgência na defesa dos interesses do Estado no que se refere às suas ferrovias.

Primeiramente, os deputados relataram a visita feita pela comissão à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT –, em Brasília, no dia 3/7/2018, onde foram informados de que estava em adiantado processo de negociação uma renovação antecipada da concessão federal de importantes ferrovias que atravessam o Estado e que são administradas pelas concessionárias MRS Logística S.A., Estrada de Ferro Vitória-Minas e Ferrovia Centro-Atlântica S.A., sendo que as duas últimas são controladas pela Mineradora Vale.

Segundo os deputados, o governo federal planeja prorrogar por mais 30 anos, de forma antecipada, a concessão desses lucrativos trechos ferroviários mineiros em troca de investimentos em dois projetos em outros estados da Federação. O primeiro será a Ferrovia de Integração Centro-Oeste, com 383Km de extensão, entre Água Boa, no Mato Grosso, e o entroncamento com a Ferrovia Norte-Sul em Campinorte, em Goiás. O segundo será o Ferroanel de São Paulo, com 53Km de extensão.

Os recursos oriundos da renovação antecipada das outorgas de ferrovias localizadas em Minas Gerais por mais 30 anos deverão ser da ordem de 9 bilhões de reais. Como ainda restam 10 anos do prazo original da concessão, se o acordo fosse selado hoje as concessões durariam até o ano de 2058.

A reunião ocorrida na ANTT causou indignação nos deputados João Leite e Marília Campos, e ainda no deputado federal Domingos Sávio, que também estava presente, pois o acordo planejado não contempla nenhum investimento na sucateada malha ferroviária mineira.

O deputado João Leite acrescentou que os valores arrecadados com multas aplicadas às concessionárias, pelo não cumprimento de contratos, segundo foram informados, também podem vir a ser gastos em projetos fora de Minas Gerais.

A deputada Marília Campos realçou a importância de os recursos oriundos dessa possível renovação de concessão de ferrovias mineiras serem revertidos para o próprio Estado de Minas Gerais e ressaltou ainda a necessidade de realização de investimentos não apenas no transporte de cargas, como também no transporte de passageiros, especialmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Em seguida, o deputado João Leite fez um relato da visita da comissão às estruturas ferroviárias existentes em Lavras e em Bom Sucesso, no dia 7/7/2018. Em Lavras, segundo o deputado, a comissão visitou o imponente complexo da rotunda do Rio Vermelho, que se encontra abandonado. Em Bom Sucesso, o parlamentar verificou *in loco* dezenas de locomotivas e vagões em péssimo estado de conservação. E salientou que imagens desse patrimônio abandonado serão repassadas para a promotora Giselle Ribeiro de Oliveira, que coordena a Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico.

Em seguida, os deputados comentaram sobre audiência pública realizada pela comissão no dia 5/7/2018, quando foi ouvido o procurador da República, Fernando Martins, que vem atuando em uma ação civil pública em que medidas compensatórias são

exigidas da concessionária Ferrovia Centro-Atlântica S.A. por não ter cumprido exigências contratuais. Segundo o procurador, as medidas compensatórias giram em torno de 1 bilhão de reais, mas a maior parte delas beneficia obras rodoviárias, o que, para os deputados, é um contrassenso.

O procurador-geral de Justiça do Estado, Antônio Sérgio Tonet, compreendeu as preocupações da comissão e disse que o Ministério Público Estadual vai se aliar à Assembleia na defesa dos recursos e também do patrimônio histórico do Estado, no que diz respeito às ferrovias.

A promotora Giselle Ribeiro de Oliveira afirmou que o Ministério Público poderá atuar de várias formas na defesa do patrimônio histórico das ferrovias. Segundo ela, por tratar-se de patrimônio histórico da União, o órgão poderá fazer gestões junto ao Ministério Público Federal e ainda atuar como litisconsorte em ações judiciais promovidas por esse ministério. Com relação ao patrimônio ferroviário estadual e municipal, o Ministério Público Estadual tem competência plena para atuar em todas as frentes.

Conclusão

Ao final da visita, o procurador-geral de Justiça decidiu designar a promotora Giselle Ribeiro de Oliveira, da Promotoria de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais, para acompanhar os trabalhos da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras da Assembleia Legislativa.

Antônio Sérgio Tonet afirmou ainda que o órgão participará de gestões em Brasília e fará um trabalho coletivo com o Ministério Público Federal. Para ele, as ferrovias fazem parte da história e da própria essência dos mineiros, e é interesse comum lutar por elas.

Sala das Comissões, 18 de julho de 2018.

Marília Campos, relatora.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/7/2018

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Celise Laviola e Ione Pinheiro e os deputados Dirceu Ribeiro e Elismar Prado (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Celise Laviola, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de *e-mails*, encaminhados pelo Fale com as Comissões, de Ítalo Fernandes, tecendo considerações sobre questões relacionadas a educação e solicitando informações sobre como o Estado garante aos estudantes da zona rural do Município de Manhuaçu o transporte escolar para o acesso ao ensino médio em escolas na sede do município; de Wandra Cassia Freire de Lima, solicitando interferência desta comissão para a publicação da lista com os nomes dos aprovados na seleção do programa de pós-graduação profissional – PPGP Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública – Processo Seletivo 2018; de Maria Clara Negreiros Nogueira, de São Lourenço, e outro solicitando aos deputados que intercedam junto ao governador para que pague os salários dos professores em dia; e de Thalita e outros manifestando insatisfação em relação à educação no Estado e indagando dos senhores deputados quais as providências tomadas. Comunica também o recebimento de ofício da Câmara Municipal de Bicas, encaminhando cópia de moção de repúdio ao governador do Estado, em virtude do parcelamento dos vencimentos dos servidores da educação e de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Câmara Municipal de Virgínia (2/6/2018), e do Sind-UTE, subsele de Patos de Minas (12/7/2018). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 11.219 e

11.229/2018. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Recebidos e submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.530/2018, do deputado Dirceu Ribeiro, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Lavinia Rosa Rodrigues e com o Sr. Thiago Torres por sua eleição para os cargos de reitora e de vice-reitor da Uemg, em Frutal;

nº 12.532/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado a Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam adotadas as medidas necessárias ao adequado cumprimento da Lei Complementar nº 145, de 29/12/2017, especialmente quanto à realização de inspeção médica oficial e conversão da licença para tratamento de saúde em aposentadoria por invalidez, nos termos do § 4º do art. 1º do mencionado diploma legal;

nº 12.566/2018, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater a contribuição do educador e filósofo brasileiro Paulo Freire para a educação, bem como a importância mundial de seu pensamento e de sua obra;

nº 12.575/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para que o Estado seja interpelado judicialmente quanto à sua obrigação de repassar à educação o percentual definido pela Constituição Federal, bem como em relação ao risco de desabamento do prédio onde está sediado o Instituto de Educação, em Belo Horizonte.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de agosto de 2018.

Celise Laviola, presidente – Ione Pinheiro – João Vítor Xavier.

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/7/2018

Às 16h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Nozinho, Antonio Carlos Arantes (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC) e Elismar Prado (substituindo o deputado Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater as alterações introduzidas pelo Convênio ICMS 50/18, de 5 de julho de 2018, que concede isenção do ICMS nas saídas de veículos destinados a pessoas com deficiência que especifica. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails* das Sras. Luzinete de Matos Dias, funcionária pública, denunciando problemas de acessibilidade na E.E. Coronel Antônio Lopes, em Jampruca; e Regina Maria Bento, de Divinópolis, solicitando que pessoas sem comprovante de renda possam adquirir a carteira Sindpasse, que seja obrigatório o uso de cinto de segurança em todas as cadeiras de rodas e que todos os locais tenham acessibilidade. Comunica também o recebimento de ofício do Sr. Paulo Roberto Rebello Filho, chefe de gabinete do ministro da Saúde, publicado no *Diário do Legislativo* em 12/7/2018. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.223/2015, no 1º turno, do qual avocou para si a relatoria. Avoca, também, a relatoria das visitas ocorridas, em Belo Horizonte, à Secretaria de Estado de Educação, em 16/7/2018, e ao Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro – Tergip –, em 17/7/2018. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Laura Beleza Rocha, coordenadora jurídica da Associação Mais Acessiva; e os Srs. Jackson de Oliveira Santos, despachante; Eustáquio José de Oliveira, coordenador da Coordenadoria Especial de Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência – Caade; José Evangelista Martins, Taxista; Jucelmário Prates, pessoa com deficiência; e Leonardo Mattos, ex-vereador de Belo Horizonte. O presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate,

passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.601/2018, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada visita para debater as alterações promovidas pelo Convênio ICMS nº 50/2018, que concede isenção de ICMS nas saídas de veículos destinados a pessoas com deficiência;

nº 12.602/2018, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada audiência com convidados para debater a concessão de bolsas de estudo para alunos com deficiência e a política de educação inclusiva do Município de Contagem, com a presença do Sr. Marcelo Lino, secretário de Direitos Humanos e Cidadania de Contagem;

nº 12.603/2018, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada audiência pública para debater a acessibilidade nos ônibus do Serviço de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal e Metropolitano do Estado de Minas Gerais;

nº 12.604/2018, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação em exercício pedido de informações sobre as condições de acessibilidade da Escola Estadual Coronel Antônio Lopes, no Município de Jampruca;

nº 12.606/2018, dos deputados Duarte Bechir, Nozinho e Elismar Prado, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para editar decreto com vistas a que não seja ratificado o Convênio ICMS nº 50/2018, que altera o Convênio ICMS nº 38/2012, o qual concede isenção do ICMS nas saídas de veículos destinados a pessoas com deficiência que especifica, a fim de assegurar a manutenção dos direitos já garantidos a esse público.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de agosto de 2018.

Duarte Bechir, presidente – Nozinho – Ione Pinheiro.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 13/8/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Cintia Marques de Freitas, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fábio Cherem;

exonerando Eliane da Fonseca Braga Maia Mendes, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fábio Cherem;

exonerando Georgia Soalheiro Pinheiro, padrão VL-10, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fábio Cherem;

exonerando Janaína Costa Araujo Rodrigues, padrão VL-17, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Paulo Guedes;

exonerando Luiz Carlos Dias Carvalho, padrão VL-22, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor;

exonerando Paula Vasconcellos Jabour, padrão VL-51, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Magalhães;

nomeando Allan Wilian Lima Monte Alto Filho, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor;

nomeando Ivete Carvalho Maia Pereira, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fábio Cherem;

nomeando Maria Cecília de Souza, padrão VL-51, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Magalhães;

nomeando Mariza Elizabeth da Silva Siqueira, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Paulo Guedes;

nomeando Renata Ferreira Lima, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Paulo Guedes.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 44/2018

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 90/2018

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 5/9/2018, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a contratação de serviços de condução de veículos automotores.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 16 de agosto de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 62/2018

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 126/2018

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 31/8/2018, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de sociedade empresária para fornecimento e instalação de paredes divisórias, armários, balcões, bancadas e acessórios.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 16 de agosto de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 66/2018****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 136/2018**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 4/9/2018, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de pastas e envelopes timbrados.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 16 de agosto de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 67/2018****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 139/2018**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 3/9/2018, às 14h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de equipamentos de áudio e vídeo.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 16 de agosto de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 68/2018****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 140/2018**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 6/9/2018, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de papel A4.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 16 de agosto de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE CONTRATO Nº 26/2018

Licenciada: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Licenciante: Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – Ecad. Objeto: autorização para utilização pública de obras musicais, lítero-musicais e fonogramas, nas programações da licenciada. Vigência: 12/7/2018 a 12/7/2019. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, *caput*, e inciso I, da Lei Federal nº 8.666, de 1993 – Processo nº 1011014 032/2018. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE CONTRATO Nº 40/2018

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Cliden Clínica Dentária Ltda. – EPP. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos deputados e ex-deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Vigência: 60 meses a partir da data da sua assinatura. Licitação: inexigível, por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, *caput*, da Lei Federal n.º 8.666, 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 98/2018

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Claro S. A. Objeto: contratação de direito de uso de 4.5 Mhz de capacidade espacial em satélite – banda C. Objeto do aditamento: substituição da contratada Star One S.A. pela Claro S.A. Vigência: a partir da assinatura.

**ERRATA****TERMO DE CONTRATO Nº 41/2018**

Fica sem efeito a publicação da matéria em epígrafe, na edição de 6/7/2018, na pág. 29.